

Guerra da Tríplice Aliança

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra

Aureliano Pinto de Moura ^a

Resumo: Entre 1864 e 1870, o Brasil participou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o maior conflito bélico da história da América do Sul. A invasão do Brasil pelas forças paraguaias que deu ocasião à guerra encontrou um Exército Imperial brasileiro reduzido e despreparado, que, no decorrer do conflito, precisou se expandir e se modernizar. Baseado no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, elaborado em 1872, o presente artigo analisa os ensinamentos assimilados pelo exército durante a guerra, na visão de alguns de seus mais destacados líderes militares.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Exército Imperial, arte da guerra.

INTRODUÇÃO

Muito se tem dito sobre o Exército Brasileiro na Tríplice Aliança. Da sua organização, do seu desempenho, dos seus homens, do seu armamento e do seu equipamento, das

manobras realizadas, e, sobretudo, dos seus condutores. Muito se tem falado em função dos escritos, baseados, ou não, em fontes primárias. São críticas dos mal informados ou dos revisionistas, levados por suas análises ideológicas.

^a General-de-Divisão Médico. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Vejamos o que disseram aqueles que lá estiveram, que lá combateram e que, apesar dos pesares, nos levaram à vitória. No *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*, de 1872, consta o relato apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1ª Sessão da 14ª Legislatura) assinado pelo General João José de Oliveira Junqueira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Oliveira Junqueira, em sua apresentação ao Legislativo, fez o seu relato complementando, o de seu antecessor, descrevendo a realidade do Exército Brasileiro, reduzido a “14.474 praças das três armas, distribuídas por diversos pontos do Império...”, sendo que 2.870 continuavam na República do Paraguai, integrando uma divisão.

Em 16 de maio de 1872, o então Ministro da Guerra, Visconde do Rio Branco, enviou a vários chefes militares, veteranos da Tríplice Aliança, um expediente onde pediu se que manifestassem, com seus pareceres, louvados na “proveitosa experiência” da guerra.

Em sua carta assim se expressou:

Não sendo suficientes as informações que se podem colher da correspondência oficial do comando em chefe do Exército Imperial, que fez a campanha do Paraguai, a respeito das necessidades que, durante essa longa e proveitosa experiência, se manifestaram em nossa organização militar: houve Sua Majestade o Imperador por bem ordenar que cada um dos generais, a quem coube a gloriosa missão de comandar o dito exército, informe com seu parecer sobre os seguintes quesitos: [...]

Tal solicitação foi endereçada ao Conde D’Eu, ao Duque de Caxias, ao Marquês do Herval, ao Conde de Porto Alegre, ao Visconde de Santa Thereza e ao Visconde de Pelotas. Apenas três dos destinatários apresentaram sua contribuição ao estudo realizado.

Os quesitos são direcionados à organização dos corpos das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), assim como os corpos especiais (Engenheiros e Estado-Maior); a qualidade e defeitos do armamento



e do equipamento das praças de *pret*; a criação de um comissariado para o abastecimento das forças combatentes; as instruções, as manobras e as evoluções militares das três armas; o aperfeiçoamento do material bélico e os meios de condução; assim como as reformas necessárias ao serviço médico e eclésiástico.

Segundo o Visconde do Rio Branco:

[...] os conselhos da esclarecida experiência, seriam aproveitados para se colocar o Exército em condições da maior eficiência e tornar mais fácil elevá-lo com prontidão ao pé de guerra, quando a defesa do Império o exigisse.

Responderam aos quesitos: o Conde D'Eu, o Duque de Caxias e o Visconde de Pelotas. O Conde D'Eu foi prolixo e minucioso, Caxias foi sucinto e objetivo, enquanto o Visconde de Pelotas foi claro e objetivo.

Passaremos abordar a opinião dos três chefes militares sobre os principais aspectos solicitados.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DESEMPENHO DAS ARMAS

1) Escrituração e arquivo

Para o Conde D'Eu, foram grandes os desfalques de oficiais e praças, para atender as necessidades burocráticas dos quartéis-generais e repartições, assim como de oficiais do exército, empregados em unidades de voluntários.

Ao se referir ao sistema de escrituração, o Conde D'Eu mostrou a sua inteira paralisação desde o início da campanha. As unidades foram deixando para trás os seus livros-mestre e os respectivos arquivos. Foram sendo abandonados pelos locais porque passavam essas unidades Não se escrituravam mais os assentamentos de oficiais e das praças, o que até hoje se ressentem os arquivos para a pesquisa histórica.

Recomendou o Conde a escrituração sem interrupção, pela sua importância não só para o militar, mas também para o Exército. Segundo ele, Caxias dissolveu o 5º Batalhão de Infantaria, e ele mesmo o



18º, mandando recolher ao Império, os seus arquivos.

Na guerra tornara-se difícil o transporte dos pesados arquivos, além do risco de extravio ou perda da documentação. O que ocorreu em vários momentos.

Para guardar ou colocar em dia os numerosos documentos arquivados marechal Guilherme Xavier de Souza (antecessor do Conde) chegou a criar uma comissão de arquivistas, que prestou serviços até o final da guerra, mas foi impossível regularizar a escrituração.

2) Infantaria

Para o Conde D'Eu, a organização das armas não precisava ser tão complicada, nem via necessidade em estabelecer diferenças entre a infantaria pesada e a ligeira. Na guerra procurou-se organizar os batalhões indistintamente, com efetivo de 500 homens, mas foram rarríssimas as vezes em que foram usados os dois tipos de batalhão. As diferenças entre eles desapareceram no momento em que passaram usar as mesmas armas, de precisão, mais própria dos caçadores.

O Conde D'Eu criticava a existência de companhias de infantaria de posição, pois em tempo de guerra teriam a “obrigação de se tornarem móveis para engrossar as fileiras.”

O soldado de Infantaria, para o Conde D'Eu, tinha como defeito não estar adestrado convenientemente, “sendo desligados de exercícios de adestramento ao uso de suas armas”. Praticavam pouco o tiro ao alvo ou o manejo da baioneta, desconhecendo os seus meios de defesa e de ataque, continuando assim após a guerra, absorvidos pelos misteres administrativos. Seria importante a criação de uma escola de esgrima de baioneta, em todos os batalhões.

As deficiências, muitas vezes apresentadas pelos infantes brasileiros, para o Conde, eram vítimas do sistema de recrutamento. Salvo exceções só eram incorporavam “homens vadios ou criminosos, a escória da sociedade, que são pela sua ignorância, sua falta de qualidade moral e mesmo condições físicas, impróprias para o bom desempenho”.



A dificuldade em mobilizar bons oficiais, para o Conde, decorreu do número insuficiente de militares oriundos da Escola Militar. Além do que os voluntários e guardas nacionais, pouco entendiam da arte da guerra, prejudicando o desempenho, em combate.

Para o Marquês de Caxias, não sendo iguais os batalhões de infantaria e tendo eles que manobrem juntos, era conveniente que fossem igualados, elevando-se os da infantaria ligeira à organização de infantaria pesada. Devendo ser instruídos em manobras de ordem unida como também nas manobras dos caçadores.

O Visconde de Pelotas não comentou sobre a Infantaria.

3) Cavalaria

Na opinião do Conde D'Eu, as praças de *pret*, da Cavalaria riograndense, eram superiores aos infantas, por serem homens experientes pelos frequentes conflitos ocorridos na região. Assim como os guardas nacionais, participavam na defesa das fronteiras. O espírito militar estava incutido na própria população. Os

guardas nacionais e os voluntários gaúchos sempre demonstraram muita coragem e aptidão para lidar com o cavalo. Eram homens da campanha, que se destacaram não só no combate, mas também nos reconhecimentos e piquetes. Causaram alguns problemas por não serem muito letrados, nem muito afeitos à disciplina e à administração. Isso se refletiu na falta de cuidado com os animais e acampamentos. As marchas forçadas em terrenos difíceis também contribuíram para agravar a situação da cavalaria.

A sugestão do Conde era para criar, no Rio Grande do Sul, um depósito de Cavalaria onde os recrutas pudessem aprender não só as primeiras letras, como aprimorar a lida com os animais e o uso das armas, à semelhança do que já existia para os artilheiros. Dever-se-ia manter um núcleo de preparação para oficiais afeitos ao emprego das armas e afinados com a montaria.

A falta de um esquadrão de transporte durante a guerra foi sentida, chegando a ser criado pelo marechal Guilherme, com oficiais e praças da Guarda Nacional.



Na opinião do Conde, os corpos de cavalaria deveriam contar com seis companhias ou três esquadões. Sendo um de clavineiros. Sugeriu, ainda, a criação de um Regimento de Cavalaria no Paraná, onde o clima era apropriado para a manutenção e criação de equídeos.

Para Caxias, ficou patente, durante a guerra, a necessidade da criação de um corpo de transporte, a ser entregue à Cavalaria, devendo ser estacionado no Rio Grande do Sul. Em tempo de paz seria responsável pelos cuidados e pela doma da cavalhada e muares.

Quanto à organização da Cavalaria propriamente dita, para Caxias não deveria ser alterada, pois atendeu às necessidades da guerra.

O visconde de Pelotas, em referência à Cavalaria, julgava interessante contar com um corpo especial de clavineiros, à Spencer, assim como a Infantaria necessitava a uniformização do material bélico, dentro do possível.

4) Artilharia

O que mais chamou a atenção no Paraguai foi a falta de artilharia

de campanha. Já em 1865, com a organização do 2º Corpo de Exército, criou-se mais um Regimento de Artilharia a Cavalos (provisório), constituído por voluntários e guardas nacionais. No cerco de Humaitá, a necessidade levou a criação de quatro unidades de artilharia. Os batalhões de artilharia a pé foram transformados em unidades de montanha ou a cavalo, com exceção das unidades de Mato Grosso. Esse tipo de unidade, segundo o Conde, não tinha mais razão de existir. A sugestão foi a criação de dois Regimentos de Artilharia a Cavalos, um no Paraná e outro no Rio Grande do Sul.

No litoral poderiam existir as guarnições das fortalezas, com pessoal adestrado em peças de grosso calibre.

Para o teatro de operações no Paraguai, comentou o Conde D'Eu, o Arsenal de Guerra da Corte preparou batalhões de artilharia de montanha com reparos especiais para serem tracionados sem os armões, tornando-se mais leves. Mas a alteração não aprovou quando em operações. Os canhões *Whitworth*, suge-



riu o Conde, deveriam ser conduzidos em seus reparos e tracionados com a munição acondicionada em seus armões e carros manchegos, ao invés de usar os muares, de difícil controle.

Durante a guerra os batalhões de artilharia de montanha foram adaptados com reparos especiais a serem puxados sem os armões, tornando-se mais leves, alteração condenada pelos artilheiros de campanha. Não tinham estabilidade, no movimento. Os *La Hitte* não eram transportados por muares, como em outros exércitos.

O General Câmara recomendou a criação de um regimento de artilharia a cavalo, para o Rio Grande do Sul e a transformação dos batalhões a pé em corpos de posição, em serviço nas fortalezas.

Na guerra ficou comprovado que a artilharia brasileira era muito pesada, carecendo de artilharia leve e de montanha. Por isso foi necessário que se criasse mais um corpo de artilharia a cavalo provisório e aligeirar os batalhões de artilharia de posição existentes. Dois

desses batalhões deveriam ser transformados em batalhão de artilharia a cavalo.

Quanto ao Corpo de Estado-Maior de Artilharia o número de oficiais não foi proporcional as necessidades da guerra. Dos 44 oficiais, apenas seis foram empregados como tal durante as operações, os demais foram aproveitados na tropa.

DOS SERVIÇOS ESPECIAIS

1) Conde D'Eu:

Em campanha, o número de oficiais de Estado-Maior de 1ª Classe será superior aos habilitados em curso de engenharia. Por maior que possa ser o efetivo do exército em armas, os serviços próprios da comissão de engenheiros serão suficientemente preenchidos se houver uma comissão central, junto ao comando, composta por um chefe e um subchefe, oficiais superiores, e de mais quatro oficiais. Em cada corpo de exército uma comissão composta por um oficial superior e mais três oficiais. Na hipótese



pouco provável de haver em campanha três corpos de exército, como aconteceu no Paraguai, daria um total de 18 oficiais engenheiros. Durante a guerra, afirma D'Eu, “nunca foram tantos os oficiais desse corpo em serviço, no exército em operações. Não convém entretanto, por várias razões, ser reduzido a tão pequeno número, o respectivo quadro”.

Refere-se ao efetivo de tempo de paz, onde o quadro de engenheiros teria que manter uma proporção hierárquica, considerando as promoções assim como a participação de engenheiros militares empenhados nas comissões de serviço na Repartição de Obras Militares, e em obra ou serviço do Arquivo Militar. Sugeriu a redução dos efetivos de capitães e tenentes do batalhão de engenheiros.

Quanto ao Estado-Maior de 1ª Classe, recomendou que fossem “tirados os assistentes dos diferentes quartéis-generais e até, se possível, os ajudantes de campo”, como acontecia na Europa, “[...] devendo restabelecer nele a classe de tenente

que, como a de alferes foi suprimida, pelo Decreto nº 3526, de 18 de novembro de 1865”.

Quanto ao Estado-Maior de 2ª Classe, que por várias vezes foi ameaçado de extinção por ser considerado por alguns de “excrecência do exército”, na visão do Conde D'Eu, julgava não ser conveniente essa extinção. O que havia, em realidade, era um número elevado desses oficiais sem habilitação científica. Entretanto, afirmou que o quadro de Estado-Maior de 2ª Classe “carece de ser retocado”, aumentando o número de subalternos e capitães, e diminuindo o número de oficiais superiores.

2) Duque de Caxias

A organização dos corpos das três armas, assim como os engenheiros, o pessoal de estado-maior de 1ª e 2ª classe, assim como os de estado-maior de artilharia precisavam ser retocados, para redimir os defeitos surgidos durante a campanha.

Os engenheiros não atenderam às necessidades do serviço no Paraguai. Seria interessante criar outro



batalhão, o de pontoneiros. Isso levará a necessidade de aumentar o número de oficiais engenheiros. No Paraguai, havia um excesso de engenheiros. O seu quadro de 80 oficiais não teve mais do que 12 empenhados em trabalhos específicos, ao passo que os de estado-maior eram carentes de pessoal. Foi necessário transferir oficiais dos corpos de tropa, ou do Estado-Maior de 2ª Classe, para o Estado-Maior de 1ª Classe.

Os oficiais de Estado-Maior de 2ª Classe foram suficientes, durante a campanha.

3) Visconde de Pelotas

A organização dos corpos especiais de engenheiros e Estado-Maior de 1ª e 2ª Classe, na opinião do general Câmara, prestou-se perfeitamente ao serviço de campanha, corpos esses compostos por oficiais habilitados em escolas do Império, que prestaram exemplares serviços na guerra. Entretanto o efetivo de oficiais do Estado-Maior de 1ª Classe foi insuficiente para atender às necessidades do exército em operações, o que fez com que oficiais

arregimentados recebessem as atribuições do estado-maior, desfalcando os regimentos e batalhões.

No Corpo de Engenheiros, pela visão do general Câmara, houve um excesso de oficiais, mormente superiores. A redução desses oficiais poderia propiciar o aumento dos efetivos no Estado-Maior de 1ª Classe.

A insuficiência dos vencimentos dos oficiais do Estado-Maior e demais corpos científicos, não estimulavam o ingresso

daqueles que, como os engenheiros civis, poderão vir a ter um futuro mais risonho além de uma vida menos sujeita. Não permitem a mesquinhez da retribuição dos atuais ilustrar-se, e quando são empregados em comissões de serviço [...] quase não lhes alcança os vencimentos para as despesas de viagem em um país tão carente de estradas e meios de transporte.

Quanto ao Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe, não há motivos para modificação. Estão em condições para atuarem na guerra como na paz. Nesta, devem exercer suas



funções nas fortalezas, nos hospitais, nas ambulâncias, no transporte, ou em outros serviços.

No parecer do General Câmara, um oficial que servisse de capitão a tente-coronel em um corpo ou regimento estaria inabilitado para exercer as funções de um bom coronel de estado-maior; e os que servirem largamente em um Estado-Maior, por certo teriam dificuldades para servirem na tropa. Para ele cada um deveria permanecer na sua especialidade.

ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS

1) Conde D'Eu

Um dos grandes problemas durante a campanha foi falta de armas de carregar pela culatra. A cavalaria foi a única arma que no final da guerra estava com seus esquadrões armados com clavinas *Spencer*, de retrocarga, com sistema repetidor, e com um receptáculo na coronha para sete cartuchos, sem necessidade de estar carregando a cada tiro.

Podiam, também, ser usada a semelhança das demais armas, carregando pela culatra, tiro a tiro. Para a Infantaria, as vantagens não seriam grandes, devido ao tamanho da arma.

Dois outros sistemas foram experimentados: a espingarda prussiana de 1851 e a *Roberts*, norte-americana, de 1867. Mas foram refugadas “pela sua má qualidade de fabricação”. Isso confirmado após uma comissão de exame e avaliação do armamento existente no depósito de Assunção.

Torna-se imperioso que se adote uma arma de carregar pela culatra, para a infantaria.

Não vem o caso dizer qual dos sistemas é o mais vantajoso. Apenas dizer que as de cartucho metálico são as de mais fácil conservação e muito preferível a qualquer outro. Assim como seria preferível o *Comblain*, aos de ferrolho entre os quais o *Chassepot* e o *Berdan*.

Mesmo quando providos de cartuchames metálico, com frequência apresentaram acidentes de tiro (inflamam antes de fechar).



Além disso, eram mais expostos à oxidação; tem uma fraca mola espiral, assim como da agulha ou percussor.

A nossa patrona tinha capacidade para 60 cartuchos *Minié*, o que é insuficiente conforme o verificado em campanha. Os soldados recebe-

aliviada em determinados momentos, ficando abandonadas e resultando, muitas vezes, em perda total.

Com relação aos cantis, o Conde optou pelos de madeira, por manterem a água mais fresca, assim como as marmitas deveriam ser repensadas.



O Conde d'Eu, o Duque de Caxias e o Visconde de Pelotas responderam aos quesitos propostos pelo *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*

ram uma bolsa de couro cru com mais 40, levada a tiracolo. A cartucheira não poderá ter menos do que cem cartuchos.

Quanto ao equipamento o Conde declarou ter pouco a dizer. Apenas discordou da inteira supressão das mochilas, uma vez que o bernal não seria suficiente. O peso da mochila levou a que a tropa fosse

2) Duque de Caxias

Embora o nosso armamento na guerra tenha sido superior ao do inimigo, torna-se necessário melhorar o armamento e o equipamento, conforme a experiência na guerra, como os europeus, que não usam mais armas de antecarga desde a Guerra Franco-Prussiana.



Na opinião de Caxias, o equipamento usado pela tropa brasileira era muito pesado, devendo ser reduzido.

3) Visconde de Pelotas

a) Infantaria - Na visão do general Câmara, a guerra não serviu para uma avaliação concreta do nosso armamento, pois “lutamos contra um inimigo inferior e mais atrasado”, enquanto nós dispúnhamos de um armamento portátil superior em alcance e precisão.

Apesar de não acompanharmos os melhoramentos introduzidos nos últimos anos nos exércitos mais aguerridos, o soldado brasileiro não estava preparado para manejar o armamento disponível, não aproveitando as suas vantagens, em particular na Infantaria

[...] cujo pessoal era péssimo, graça ao modo pelo qual se apresentavam as levas, mandadas para a guerra”. “Exige-se que essa praxe terrível de serem preenchidos os claros do exército, com libertos, perderam o brio com o vergalho dos seus senhores, e cuja embrutecida inteli-

gência não lhes permitiam distinguir a destra da esquerda. Não lhes era possível o conhecimento das máquinas aperfeiçoadas, em uso nos exércitos.

Para muitos a guerra demonstrou a desnecessidade da conservação de um exército regular em pé de guerra; os que assim pensam cometem um grave erro. É difícil dissuadi-los de tão enraizada convicção. Nem o fato do prolongamento da guerra por cinco anos, nem o de terem apenas retornado ao norte do Império 17.000 homens, dos 80.000 que de lá saíram. Nada poderás convencê-los.

Na opinião do general Câmara, se de fato Solano López julgou ter o Império 20.000 homens guarnecendo suas fronteiras, bem armados e disciplinados, e que, tomadas as providências, teria capacidade para duplicar ou triplicar os seus efetivos, por certo “não se arrogaria à tresloucada empresa de conquista”.

“O serviço das armas é o mais pesado e por isso deveria tocar a todos, através de um serviço militar obrigatório”, afirmou Câmara em seu relato.



Quanto ao armamento portátil e ao equipamento, julgava que a *Minié*, raiada, que servira à Infantaria, preencheu as necessidades do momento. O próprio Paraguai passou a possuir dois corpos com essa arma. Por isso tivemos vantagem no confronto com as armas de pederneira, de alma lisa. Essa vantagem foi diminuindo com o passar do tempo em função dos desgastes das armas e da “péssima gente que era mandada para preencher os claros do nosso exército de linha e voluntários”. Ao continuar com esse armamento seria indispensável que se igualasse toda a tropa. Para mudar esse armamento, Câmara sugeriu a compra de fuzis *Chassepots*, reconhecidos pelos prussianos como sendo os melhores.

b) Cavalaria - As clavinas *Spencer* são magníficas, conforme pôde ser verificado na guerra. Deveria ser mantida na Cavalaria, não havendo necessidade clavineiros portarem pistolas.

As lanças francesas usadas no início da guerra não eram boas. Pareceram, a primeira vista, serem de

maior alcance pelo seu comprimento e equilíbrio, mas os nossos cavaleiros não conseguiram adaptar-se a elas. Os pesados contos rombudos foram considerados ruins e as lâminas pouco penetrantes. As hostes são de madeira ruim. Sugeriu o Conde que fossem substituídas por outras.

Os arreamentos eram ruins, inutilizando os animais em apenas um dia. Foi sugerida a substituição do lombilho por serigote e as peças de couro cru, por lona.

c) Artilharia - Os espadões dos artilheiros e condutores deveriam ser substituídos por armas mais defensivas e portáteis, conforme já havia proposto.

O COMISSARIADO

1) Conde D’Eu

Na opinião do Conde D’Eu, a criação de um comissariado para o fornecimento às forças em operações é o problema de mais difícil solução e, apesar de ter entrado no assunto, não chega a ter uma opinião



firmada. Analisou toda a legislação existente e, considerando as campanhas de 1851-1852 chegou à seguinte conclusão: “Quanto ao modo de funcionamento nessas campanhas os detalhes da nossa Administração Militar estão inteiramente às escuras”. Em tudo que leu quase nada encontrou narrado sobre o assunto.

Julgou de utilidade a existência de um regulamento que desenvolvesse as instruções e tornassem claros os deveres de cada repartição. “Fornecem exemplos instrutivos os fatos que se deram no princípio da guerra do Paraguai, em 1865”, onde tudo foi feito às pressas e improvisado. Não havia sistema ou contratos celebrados com fornecedores e mesmo assim, com essa liberdade, não deixaram de enfrentar inúmeras dificuldades e confusões.

Concluindo, o Conde afirma:

- Criando-se um comissariado exclua-se todo e qualquer contrato de fornecimento;

- Devem ser evitados os contratos de uma só firma comercial para o fornecimento ao Exército;

- Deve ser criado o comissariado, entende-se a organização de uma repartição habilitada, para regular o fornecimento das forças em operações, por meio de contratos ou pela compra direta, conforme as circunstâncias.

2) Duque de Caxias

Sempre que o exército for entrar em operações, será recomendável a criação de um comissariado geral que se encarregue do aprovisionamento. Em tempo de paz podia permanecer como estava, na época.

3) Visconde de Pelotas

O General Câmara já havia proposto a supressão dos conselhos econômicos dos corpos, com o fornecimento realizado através de vales apresentados por fornecedores, contratados pelas repartições fiscais. A experiência mostrou que esse sistema não foi eficiente em campanha, onde melhor seria a criação de um comissariado com responsabilidade perante os tribunais militares, com suas contas sujeitas à Repartição do Quartel-Mestre General, contas essas processadas pela



Repartição Fiscal da Corte, assim como a escrituração deverá ser o mais simples possível.

O sistema usado no Paraguai não é o ideal, pela presença de pessoas estranhas ao exército, frequentando os acampamentos, tomando conhecimento dos acontecimentos. Na Cordilheira foram tantas as faltas cometidas pelos fornecedores, que nos iam sendo fatais. Por causa das falhas no sistema, as tropas sofreram fome e deserções.

A INSTRUÇÃO E AS EVOLUÇÕES MILITARES

1) Conde D'Eu

a) Infantaria - O decreto nº 2978, de 2 de outubro de 1862, determinou que fossem adotadas as instruções constantes dos Regulamentos e Ordenanças portugueses, de 1861. Para o Conde, essas instruções eram por demais complicadas, piores do que as francesas e espanholas, e, mesmo as usadas pelos argentinos no Paraguai. Não seria recomendável mudar de chofre, o que

se está habituado a fazer, poderia haver muita dificuldade.

Em relação às instruções e evoluções militares, portuguesas, o conde D'Eu fez a seguinte observação:

Os toques de corneta e clarim devem continuar os mesmos (segundo o decreto) e não os previstos nas ordenanças portuguesas; embora nada exista escrito regulando os toques entre nós.

As demais observações do Conde dizem mais respeito ao que se deverá fazer, do que o que foi feito.

b) Cavalaria - Na opinião do Conde, na Cavalaria reina a maior confusão quanto à doutrina a ser usada, situação pior do que na Infantaria. Ao marcharem para o Uruguai, em 1864, alguns generais mostraram os inconvenientes da introdução das instruções portuguesas na Cavalaria enquanto estivéssemos em campanha, devendo ser mantido o regulamento do Lord Beresford, de 1850. Seria um absurdo um regulamento para tempo de paz e um



para guerra. O mais grave era não existir disponível o regulamento Beresford, exceto um exemplar manuscrito de 1825, que Beresford ofertou ao Conde.

Sem ouvir as pessoas competentes no assunto, o Conde se furtou a comentar o regulamento, apenas sugeriu que a Guarda Nacional do Rio Grande continuassem com o regulamento Beresford até então utilizado.

c) Artilharia - Considerando a adoção de artilharia raiada, já não justificava, na opinião do Conde, continuar adotando os regulamentos portugueses, que não eram aplicáveis naquele momento. Para a artilharia de costa, o Comando Geral já havia dado essa orientação. Quanto à artilharia de montanha, a cavalo ou de sítio, de sistema *La Hitte* (calibres 4 e 12), estavam sendo revisados e estudado um projeto de instrução. Faltava apenas regular as manobras de evoluções das baterias.

2) Duque de Caxias

Caxias julgava ser indispensável a elaboração de instruções reguladoras para as evoluções e manobras militares, em harmonia com o armamento disponível.

3) Visconde de Pelotas

Na opinião do General Câmara as instruções que regulavam as manobras e as evoluções das três Armas deveriam ser revistas e uniformizadas por uma comissão de peritos. A instrução da Artilharia não vinha acompanhando o progresso da Arma, onde as suas evoluções não permitiam tirar vantagem. A supressão dos carros de munição nas manobras era para o Conde de extrema necessidade.

O Regulamento de Infantaria prestava-se para ensino das evoluções indispensáveis, mas na guerra tudo impede que se opere em massas cerradas. Há necessidade de revisão de acordo com as táticas modernas, e das outras Armas.

A situação da Cavalaria era semelhante, mas, em sua opinião, mais valia a regulamentação portuguesa existente do que o antigo re-



gulamento de Beresford. Há necessidade de corrigir as faltas e a precisão dos tiros por armas de fogo.

Seria importante Cavalaria realizar instrução de velocidade, pois “a Cavalaria já não se presta mais aos grandes choques, mas destinase aos grandes feitos que tem por fim paralisar e desorganizar o inimigo”.

MATERIAL BÉLICO E MEIOS DE CONDUÇÃO

1) Conde D’Eu

A parte mais importante que deveria ser revista dizia respeito à artilharia de campanha. No Paraguai a nossa artilharia (exceto as peças *Whitworth* 32, que só serviram efetivamente para o sítio de Humaitá e algumas muito ligeiras de 1 e 2) trabalhou com canhões raiados de bronze do sistema *La Hitte*, de calibre 4, para o serviço de campanha e de montanha, enquanto os de calibre 123, para o sítio.

Nem todas as peças de mesmo calibre eram idênticas entre si, eram

de três origens diferentes, de modelos e aspectos diversos, mesmo as suas raias (espanholas e francesas). Por essa época o Arsenal de Marinha, mais tarde o Arsenal de Guerra, começaram a fabricar essas peças, mas, pela falta de forno apropriado nunca foi possível conseguir um bronze de qualidade semelhante ao espanhol ou francês. Nossas peças precisavam ser mais reforçadas e com raias mais profundas, o que não as tornavam inferiores na realização do tiro, mas descalibravam rápido ou mesmo rachavam.

As granadas nacionais também eram de qualidade inferior. Não conseguiam dar à ponta do projétil a devida preponderância. Este estudo estava nas mãos da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Apesar dos defeitos apontados, a artilharia raiada de bronze nos prestou, importantes serviços, “sob a zelosa direção dos oficiais dessa arma, o respectivo material adquiriu grande mobilidade e mostrou-se superior pelo seu alcance e justeza do tiro à de que dispunha o inimigo”.



A seguir, o Conde faz uma comparação interessante entre o material *La Hitte* e o *Krupp* alemão, nos vários calibres. Concluindo estarem os *La Hitte* superados, apesar dos resultados obtidos em campanha. Mas o sistema *Krupp*, usado pelos prussianos, contra os franceses, mostrou-se superior, no alcance, na justeza do tiro, afirmando: “reputo pois de muita urgência a aquisição de algumas baterias de campanha de grande alcance pelo menos um número suficiente para armar um regimento de artilharia”. O inconveniente seria o reparo do *Krupp* que era de ferro, o que em campanha seria de difícil recuperação, ao contrário dos de madeira, de fácil conserto. Mas nada, porém, que o nosso Arsenal não pudesse fazer, para melhorar esse tipo de material. Referiu-se ainda à superioridade das espoletas prussianas.

Em relação à opinião de alguns artilheiros defensores do material *Whitworth*, o Conde rebate:

[...] não tenho visto em parte alguma descrição de tal artilharia de campanha, que não me consta

estar empregada por exército algum, não posso julgar *a priori* julgar sua adoção preferível à de canhão *Krupp*.

Recomendou ainda o Conde que fosse estudada a opção pelos canhões *Sete*, franceses, empregados no final da Guerra Franco-Prussiana, não devendo ser comparado com o *La Hitte* calibre 4, mas com o *Krupp* de 8 libras.

Para o Conde, a nossa artilharia de campanha deveria ser de grande alcance e justeza de tiro, sem depender, como naquela época, de encomendas aos ingleses ou alemães.

No que se refere à pólvora comprimida, afirmou ter condições de ser “ensaiada” na Fábrica Estrela.

O arreamento modelo francês ou português, fabricados pelo Arsenal de Guerra, mostrou-se, quando em campanha, ser impróprio para o serviço. Não há como recuperá-los no campo.

Desde Humaitá não foram usados mais os bois como meio de tração da artilharia. Quanto ao *cacolet* foi usado com resultado, em Mato



Grosso, mas não foi possível usá-lo no Paraguai, por falta de muares robustos, o suficiente.

2) Duque de Caxias

O material de guerra precisa de uma radical reforma. Os nossos carros são excessivamente pesados e de péssima qualidade na construção.

3) Visconde de Pelotas

Para o General Câmara o nosso material bélico de campanha estava longe de acompanhar o desenvolvimento de outros exércitos, além de desgastado. Ele já havia apresentado proposta de armas para a Artilharia com canhões franceses raia-dos, por serem de manejo mais fácil, além de serem de boa qualidade “seriam de manuseio mais fácil ao nosso pessoal de pouca idoneidade”. Propôs ainda a redução para um só calibre na artilharia de campanha e recolher o material da artilharia de montanha.

Seria interessante a criação de uma bateria com material *Krupp* e algumas metralhadoras. Não se fur-

taria usar material prussiano se procurassem incorporar um pessoal melhor para o corpo de artilharia. A artilharia *Whitworth* poderia ser mantida.

Os morteiros usados na guerra não produziram o efeito esperado, e os foguetes foram de pouco valor. Bastaria que o exército tivesse estativas e foguetes tangenciais.

Os meios de transporte usados eram antigos e muito pesados para continuarem sendo usados. Tracionados por bois, eram muito lerdos e não andavam durante chuva ou com muito calor. Seria interessante criar no Rio Grande do Sul um corpo de transporte com material e animais desejáveis.

O exército se ressentira de galeras e carros de quatro rodas, leves e ligeiros para a condução de armas, munição e feridos. As carretas da Artilharia são por demais pesadas e de pouca capacidade de carga.

Câmara sugeriu a criação de um depósito, para muares mansos e argolados no Rio Grande do Sul, onde poderia ser realizada a melhoria do padrão dos cavalos de batalha e animais de tração.



A remonta é importante no aprimoramento do padrão dos animais em benefício de uma Cavalaria bem montada.

SERVIÇO MÉDICO E ECLESIÁSTICO

1) Conde D'Eu

Para o Conde não havia muita necessidade de reformas a serem introduzidas nesses corpos, porque a sua organização não devia ser complicada. No seu entendimento não se justificava que o médico tivesse uma hierarquia igual aos demais oficiais. Segundo ele, também assim pensavam os Generais Polidoro, Henrique Rohan e o próprio Barão de Villa da Barra, que dirigiu o Corpo no Paraguai por algum tempo. Segundo o Barão, os médicos não estavam preocupados com a hierarquia, contanto que lhes dessem vantagens pecuniárias.

Não parecia ao Conde D'Eu que a hierarquia de capitão fosse recomendável ao médico, como preconizava Villa da Barra, considerando que teria que exercer o cargo

de diretor de hospital. Para Polidoro, segundo o Conde, deviam ser maiores, com exceção dos chefes, que podiam chegar a brigadeiro.

O efetivo de médicos não poderia ser pequeno, como aconteceu no Paraguai, em particular em uma situação de guerra, como foi o caso. Civis contratados exigiram remunerações extraordinárias para seguir para o teatro de operações, tendo sido muito dispendiosos para o exército.

O que seria de fato recomendável era atribuir gratificações ao respectivo quadro, uma vez que havia pouco interesse pela carreira de médico militar. Em 1871, existiam apenas cerca de 80 vagas ao primeiro posto. Na opinião do Conde, era essencial que o médico militar recebesse um ensino especial, criando-se cadeiras específicas, anexas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, à semelhança da França e outros países europeus.

O que foi considerado inconveniente, em campanha, para o Conde, foi a existência nos hospitais de um diretor médico e o 1º cirurgião, também diretor, o que causava sempre



uma desarmonia. O médico ficava tolhido em atuar no estado-maior do hospital. O Decreto nº 2715, de 26 de dezembro de 1860, estipulava a presença de um oficial mais antigo do que o médico de maior patente. Havia um projeto para que o diretor do hospital fosse um 1º tenente, ou o 1º cirurgião do hospital.

Quanto ao serviço eclesiástico, o problema era semelhante ao do Corpo de Saúde: não se conseguia preencher os claros por não haver vantagens que atraísse os sacerdotes.

Em 1856 foi estabelecido em 40 o número de capelães (tenentes ou capitães), o que era compatível com as necessidades do momento. Existiam, na época, 25 capelães militares no Exército. O projeto existente era para um quadro de capelães contratados, por tempo definido.

No Paraguai foi observado que os capuchinhos se distinguiram pelo zelo e caridade aos doentes e moribundos.

2) Duque de Caxias

O Corpo de Saúde não estava na proporção desejada. Deveriam ser no mínimo de 200 médicos, ao contrário da realidade dos 169 oficiais, incluídos os boticários.

Quanto aos eclesiásticos, acreditava Caxias necessitavam ter um superior, de um capelão-mor. Foi necessário contratá-lo.

3) Visconde de Pelotas

Segundo o General Câmara, ele pouco ou nada tinha a comentar sobre o Corpo Médico e o Eclesiástico. Seria, entretanto, recomendável dispor de meios de transporte compatíveis para ambulâncias ligeiras, farmácias móveis e carros com instrumentos cirúrgicos, indispensáveis para os primeiros atendimentos em combate. Quanto ao Corpo Eclesiástico, nada tinha a declarar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos depoimentos dos três chefes militares sobre a campanha da Tríplice Aliança, é possível concluir, de forma sintética:



- A guerra não serviu para uma avaliação concreta;
- O sistema de recrutamento era falho;
- O soldado brasileiro não estava preparado;
- Carência de oficiais oriundos da Escola Militar;

Infantaria

- Diversidade na organização dos batalhões;
- Soldados preguiçosos, ignorantes, sem moral, sem condições físicas;
- Soldados não adestrados e desligados dos exercícios;
- Testados os fuzis *Minié* (já ultrapassados) e *Roberts* (rejeitado);
- Necessário armamento de *retrocarga*;
- Mochilas pesadas e equipamentos deixando a desejar;
- Necessidade de uma patrona para 100 tiros;
- Cantis de madeira melhores do que os metálicos;
- Sugestão para o uso de fuzis *Chassepot*.

Cavalaria

- Soldados experientes, com espírito militar;
- Indisciplinados, pouco letrados; aversão por administração;
- Carente de unidade de transporte;
- Pouco cuidado com as montadas;
- Organização compatível;
- Necessidade de um depósito no Rio Grande do Sul;
- Lança francesa não adaptável aos nossos cavalarianos;
- Armados com clavina *Spencer*, de retrocarga;
- Manter a organização e o armamento.

Artilharia

- Falta de artilharia de campanha com excesso de unidades a pé;
- Dificuldade no movimento para o transporte da artilharia;
- Necessidade de adaptação da artilharia de montanha;
- Embora os canhões *La Hitte*, raiados, tivessem correspondido, já estavam superados;



- Sugestões para avaliar os canhões *Krupp* (prussiano) e os *Sete* (francês)

- Artilharia de posição com adestramento em canhões de grosso calibre.

Engenheiros

- Excesso de engenheiros no Paraguai;

- Sugestão para diminuir o efetivo;

- Carência de pontoneiros sugere a criação de um batalhão;

Estado-Maior

- Carência de oficiais de 1ª Classe;

- Efetivo compatível na 2ª Classe;

- Desvio de oficiais para tropa e da tropa para o Estado-Maior.

Comissariado

- Falta de comissariado o principal problema;

- Necessidade de regulamentação do abastecimento;

- Necessidade de criação do Comissariado;

- Evitar a presença de estranhos nos acampamentos.

Instrução e evoluções militares

- Em vigor os Regulamentos e Ordenanças portuguesas e 1861;

- Não recomendável a mudança súbita;

- Manutenção dos toques de corneta e clarim;

- Na Cavalaria muita confusão – regulamento Beresford de 1850;

- Guarda Nacional, mantinha-se no regulamento Beresford;

- Para a Artilharia de nada adiantavam os regulamentos portugueses;

- Indispensável a elaboração de regulamentos brasileiros.

Material bélico e meios de condução

- O material bélico necessita uma radical mudança;

- Necessidade de rever o material de Artilharia de campanha;

- As peças de mesmo calibre possuíam aspectos diferentes;

- Qualidade do bronze nacional inferior causava desgaste mais rápido;



- Granadas nacionais de pior qualidade;
- Material *Krupp* com maior alcance e mais preciso (ferro);
- Reparo de madeira ao invés de ferro;
- Opções: *Krupp* ou *Sete*;
- Baterias deveriam ser de longo alcance e justeza de tiro;
- Material de transporte muito pesado e de má qualidade;
- Necessidade de galeras e carros de quatro rodas tracionados por muares;
- Necessidade de um depósito de equídeos e muares, no Rio Grande.

- Carreira de pouca atração. Ganha pouco e exige sacrifícios;
- Necessidade do estudo da cirurgia de guerra nas faculdades;
- Pequeno efetivo de religiosos;
- Necessidade de um chefe de capelania.

Serviço médico e eclesiástico

- Médicos em número insuficiente;
- Choque de autoridade nos hospitais;
- Médicos civis contratados muito onerosos;
- Na guerra, carência de transporte compatível com a evacuação médica;
- Falta de mobilidade na evacuação, no suprimento e nas ambulâncias;